

Brasil e Colômbia: desafios para a cooperação após Uribe

77

MARCO CEPIK
PEDRO BORBA

Neste artigo discutimos os desafios para a cooperação governamental entre o Brasil e a Colômbia no contexto dos esforços recentes de integração regional na América do Sul. Considerando o legado do governo Uribe na área de segurança e as dificuldades do Brasil na mediação da disputa aberta entre os governos da Colômbia e da Venezuela, procuramos estabelecer alguns dos parâmetros para o relacionamento bilateral entre Brasília e Bogotá neste período inicial do governo Santos na Casa de Nariño.

O artigo a seguir divide-se em três partes. Na primeira seção sintetizamos uma retrospectiva dos oito anos de governo Uribe, com ênfase na área de segurança. Em seguida, fazemos um balanço das dificuldades na relação bilateral entre Brasil e Colômbia ao longo do período, considerando, sobretudo, a crise regional andina e o contexto da integração da América do Sul. Como conclusão, procuramos justamente identificar os elementos de base para um novo patamar de relacionamento bilateral entre Brasil e Colômbia nos próximos anos.

O GOVERNO DE ÁLVARO URIBE E SEU LEGADO NA ÁREA DE SEGURANÇA

Álvaro Uribe Vélez elegeu-se em maio de 2002 como dissidente do tradicional Partido Liberal, obtendo 53% dos votos e vencendo em primeiro turno o candidato liberal Horacio Serpa. Foi a primeira vitória eleitoral em primeiro turno desde a promulgação da Constituição colombiana de 1991,

assim como a primeira presidência fora do quadro bipartidário (Liberais e Conservadores) desde a independência do país.

Graças a uma reforma constitucional aprovada pela Suprema Corte em 2005, Uribe concorreu a um segundo mandato em maio de 2006, obtendo uma votação incontestável (62%) com sua nova formação partidária, o Partido Social da Unidade Nacional (*Partido de la U*). Além disso, o governo passou a contar com maioria no legislativo, em uma aglutinação partidária crescentemente identificada com o que veio a ser conhecido como *uribismo*. Ao longo de 2009, as especulações em torno de um terceiro mandato ganharam força, mas tal candidatura dependia de aprovação do judiciário e de plebiscito popular. Ainda que Uribe não reconhecesse publicamente sua disposição a concorrer, os parlamentares uribistas articularam a proposta ao ponto de torná-la politicamente crível, mas a Suprema Corte declarou-a juridicamente inválida em novembro de 2009, o que obrigou o presidente a indicar Juan Manuel Santos, principal artífice do Partido *de la U* e ex-ministro da defesa, para concorrer à presidência. A vitória de Santos em 2010, com 46% dos votos no primeiro turno e 69% no segundo, foi entendida como um referendo positivo das políticas do governo e manteve a predominância do *uribismo* na cena política colombiana.

Essa predominância é resultado de algo mais que uma sequência de vitórias eleitorais, se reconhecermos que Álvaro Uribe marcou um ponto de inflexão no contexto social e político da Colômbia. A política de Segurança Democrática, ponta de lança de seu governo, significou uma nova etapa na relação do Estado colombiano com os grupos armados – guerrilheiros e paramilitares – que há décadas protagonizam um complexo conflito no país. A mobilização da sociedade contra a guerrilha, e a conseqüente militarização desse combate, gerou repercussões junto à estrutura do Estado e sua relação com a sociedade, dividindo-a em relação ao prejuízo democrático da pacificação interna. Sendo assim, a polarização gerada em torno do governo foi se acentuando a ponto de suplantar a histórica oposição entre Liberais e Conservadores, fazendo com que os principais agrupamentos políticos sejam atualmente os *uribistas* e os *anti-uribistas*, com prevalência dos primeiros. No plano internacional, os dois mandatos de Álvaro Uribe na presidência colocaram a diplomacia colombiana integralmente a serviço de seu esforço contra-insurgente, dando um passo adiante na cooperação securitária com os Estados Unidos e elevando a tensão com alguns de seus vizinhos, notadamente Venezuela e Equador. Hoje, o futuro da Colômbia está imbricado com o legado dos governos de Uribe, tanto pela dependência da trajetória de suas políticas, quanto pela força que o *uribismo* conquistou na política nacional.

Voltando ao começo, não é possível compreender a ascensão de Álvaro Uribe senão como negação de seu antecessor, o conservador Andrés Pastrana (1998-2002). Ao longo da década de 1990, a crise institucional do governo colombiano, a descontinuidade do auxílio dos Estados Unidos e o péssimo desempenho econômico do país elevaram, juntamente com as receitas do narcotráfico, o poder das FARC em contingente combatente (ao redor de 20 mil) e também em presença territorial (operando em quase 60% do território colombiano), “chegando inclusive a viabilizar-se como uma opção real de poder” (Villa & Ostos, 2005, p. 5-6). Acuado pelo fortalecimento da guerrilha e pela expansão dos cultivos ilícitos no país, Pastrana buscou um maior engajamento internacional na contenção ao narcotráfico, enquanto impulsionava a negociação com os movimentos revolucionários, especialmente as FARC. Em meados de 1998, Bogotá firmou um acordo com o comando das FARC que assegurava 42 mil km² de área desmilitarizada nos departamentos de Meta e Guaviare (nas selvas do sul), além de manter pelos três anos seguintes os canais de diálogo com as lideranças da organização.

Em verdade, os grupos armados colombianos puderam se aproveitar das concessões feitas por Pastrana para ampliar sua influência, o que fragilizava ainda mais a posição do governo nas negociações e azedava as relações do executivo com os militares. O processo de paz lançado em 1998 já apresentava sinais claros de saturação na segunda metade do governo Pastrana, e o descumprimento dos cessar-fogo e o enrijecimento da posição do presidente acabaram por colapsar a negociação em 2002. Diante da decisão de Pastrana de reocupar a região desmilitarizada em fevereiro de 2002, as FARC lançaram uma ofensiva em diversas frentes, incluindo o sequestro da então presidenciável Ingrid Betancourt, que conduziu ao total descrédito da abordagem de Pastrana para a guerra civil (Leite & Carpes, 2007, p. 180).

Esse foi o pano de fundo nacional da emergência de Álvaro Uribe nas eleições de 2002, que passou de 2% para 50% das intenções de voto em poucos meses. No contexto internacional da Guerra Global contra o Terrorismo (GWAT) lançada pelo governo Bush após os atentados de 11 de setembro de 2001, Uribe tornou usual a expressão “narcoterrorismo” como forma de unificar as duas ameaças (narcotráfico e guerrilha) e declarou, no começo de seu governo, que “na Colômbia não existe guerra; aqui temos terrorismo de grupos armados contra o Estado e a sociedade, e isto deve ser resolvido rapidamente” (*apud* Santos, 2006, p. 71).

Implicitamente, Uribe significou a rejeição da hipótese de “impasse estratégico” formulada nos anos 1990, segundo a qual o conflito havia atingido

um estágio em que nem governo nem guerrilha dispunham de meios para o aniquilamento do adversário. Dessa forma, para evitar-se uma prolongada guerra de atrito, a saída para o impasse era a mesa de negociação, na qual ambos os beligerantes deveriam ceder em certos pontos. Uribe rejeitava qualquer impasse e propôs a vitória militar contra a guerrilha como condição para a paz, rompendo os canais de negociação formal e buscando recuperar o monopólio da contra-insurgência através da desmobilização dos paramilitares. No plano internacional, essa inversão já havia sido sinalizada pelos Estados Unidos com o *Plano Colômbia*, assinado em 1998 e implantado em 2000 e, posteriormente, com a Iniciativa Andina Antidrogas, lançada em 2001 e implantada em 2003. Inicialmente proposto pelo governo Pastrana, o Plano Colômbia tinha a maior parte de seus recursos voltados ao desenvolvimento social e rural; no entanto, a adesão dos Estados Unidos ao plano implicou transformações significativas em sua concepção, pondo em primeiro plano o componente militar. De acordo com autores como Valencia (2005), Tokatlian (2006) e outros, o Plano Colômbia representou uma nova orientação da questão colombiana em Washington, passando de uma estratégia de “contenção” (das exportações de drogas ilegais e do vigor da luta armada) para uma estratégia de “eliminação” da guerrilha, através da elevação do montante de auxílio externo (chegando a US\$ 700 milhões/ano) e da presença pequena mas ainda assim ampliada de pessoal estadunidense na Colômbia. Ainda que Washington demonstrasse maior disposição em relação ao conflito colombiano, tal mudança de ênfase e a autorização dos gastos da ajuda para a campanha de contra-insurgência só alcançaram pleno funcionamento com a ascensão de Uribe, o qual levaria a campanha de contra-insurgência como prioridade durante todo seu governo.

Lançada em 2003, a *Política de Defesa e Segurança Democrática* da Colômbia teve como objetivo central a imposição da lei e das instituições sobre o território nacional, reduzindo os níveis de violência a partir do enfrentamento direto contra as atividades ilícitas. A lógica subjacente à Segurança Democrática de Uribe é que o Estado e a sociedade atuam conjuntamente na efetivação da política de segurança, em um esforço integral de redução da criminalidade, repressão ao narcotráfico e desmantelamento da guerrilha. Oficialmente, a política considera que a obediência à lei e a estabilidade constitucional seria um objetivo a ser atingido por diversas políticas públicas, que deveriam alcançar, inclusive, os territórios e populações mais distantes do centro decisório. No entanto, como logo apontou Francisco Leal Buitrago (2004), as medidas tomadas sob a insígnia da Segurança Democrática não

corresponderiam necessariamente ao que previa sua formulação oficial. Grosso modo, a estratégia de pacificação do governo Uribe adotava dois princípios: de um lado, a negociação e desmobilização dos grupos paramilitares, criando mecanismos institucionais para sua reinserção na sociedade; de outro, uma ofensiva militar apoiada pelos EUA contra as FARC e o ELN, a fim de derrotá-los.

Para vencer uma guerrilha com décadas de existência, Uribe investiu na capacitação das forças de segurança e na transformação das forças armadas, além de buscar um envolvimento direto da sociedade e, como já assinalamos, utilizar a política externa de maneira muito mais assertiva do que Pastrana. A porcentagem do PIB gasta com defesa passou, de uma média inferior a 3% na década de 1990, para valores sempre acima de 4% no governo Uribe – sendo recorrentemente a taxa mais elevada da América do Sul ao longo da década. Uribe recuperou a confiança da presidência junto aos militares, colocando-os sob sua supervisão e tornando-os o centro da ação governamental em relação ao conflito. Além disso, o presidente colombiano contou com crescente suporte de Washington, tornando-se o maior recebedor de auxílio norte-americano fora do Oriente Médio. Durante o governo Pastrana, a média de auxílio para a polícia e forças armadas havia sido de US\$ 365 milhões; durante o primeiro mandato de Uribe, esse valor passou para US\$ 600 milhões, além de quintuplicar o contingente diplomático e dobrar o efetivo militar estadunidense na Colômbia. Com base na visão comum a respeito da imposição da paz no país, as relações bilaterais entre Colômbia e EUA superaram as desconfianças da segunda metade dos 1990 e estreitaram-se, tornando-se outro elemento-chave da Segurança Democrática de Uribe.

A orientação militar do embate com as guerrilhas foi dada pelo *Plano Patriota*, lançado em 2003 e iniciado em 2004, sob comando do exército. Diagnosticando a vulnerabilidade da infantaria convencional diante da guerra de guerrilhas, o governo colombiano optou por construir novas unidades táticas móveis (brigadas adaptadas ao combate na selva), batalhões de montanha e “unidades especiais antiterrorismo”. A estratégia identificava especificidades nas diferentes regiões, divididas em “de manutenção” (onde a presença estatal já era forte) e “operacionais” (onde a guerrilha exercia controle parcial ou total). Para fragilizar a insurgência, os militares colombianos investiram contra a retaguarda da guerrilha, nos *llanos* orientais e na Amazônia, enquanto apostava na pacificação concertada no Norte (Valencia, 2005, p. 94).

O engajamento da sociedade no esforço de guerra contra os movimentos guerrilheiros se deu de diversas formas, mas a principal delas buscou descolar

a luta armada de qualquer base camponesa restante, cooptando a população pobre do campo em favor do governo. Através de recompensas e da deslegitimação política progressiva da insurgência, o governo estimulou a denúncia anônima de membros e simpatizantes e a delação de infiltrados do movimento nas instituições políticas, no campo e na cidade. A política de Segurança Democrática previu também um envolvimento popular além da esfera de provimento de inteligência, mas também na comunicação de massa (alinhandoa ao esforço de guerra) e na incorporação direta ao combate, como foi o caso do programa *soldados campesinos*¹.

Em nome da pacificação da Colômbia, Uribe exacerbou a própria noção de inimigo, trabalhando com a ideia de “zonas cinzentas” entre a sociedade e a guerrilha onde se situariam eventualmente sindicalistas, jornalistas, estudantes, intelectuais, ONG’s e movimentos rurais considerados colaboradores dos grupos armados. Por falta de controle das forças oficiais ou paramilitares e dos serviços de inteligência, verificou-se, como subproduto da Segurança Democrática, um elevado número de mortes, ameaças e perseguições contra aqueles identificados em tal “zona cinzenta”.

Outro elemento polêmico da estratégia de Uribe foi a desmobilização negociada dos paramilitares, impulsionada pelo *Acordo de Santa Fé de Ralito* firmado em julho de 2003. Por meio de tal dispositivo, as AUC iniciariam um cessar-fogo e um progressivo desarmamento, em troca do compromisso do governo em assegurar sua reinserção à sociedade. Em 2004, Uribe firmou outro pacto com as AUC, que previa o estabelecimento de uma “zona de reabilitação” em Córdoba – o que, aparentemente, contradizia as críticas do presidente à criação da zona desmilitarizada em 1998 e sua posição contrária a acordos de cessão territorial.

No ano seguinte, Uribe conseguiu a aprovação da *Lei de Paz e Justiça*, que criava um novo quadro institucional para o acolhimento dos paramilitares desmobilizados, aliviando a carga penal e criando um programa de acompanhamento (ICG, 2006). A medida foi uma forma de anistia parcial para esses grupos armados, da mesma forma que o programa *soldados campesinos* permitia sua incorporação às forças regulares. De acordo com estatísticas oficiais, cerca de 30 mil paramilitares foram desmobilizados de 2003 a 2006, o que

1 Segundo o documento Política de Defesa e Segurança Democrática, publicado em 2003, *El Estado promoverá y respaldará la reflexión por parte de los periodistas y de los medios acerca de cuál debe ser su papel en una democracia en peligro: si sus prácticas periodísticas respaldan los valores democráticos, qué fuentes de información legitiman y cuáles son los efectos del lenguaje que utilizan* (p. 64).

corroborar o objetivo do governo de retomar o monopólio da contra-insurgência como pré-condição para fazê-la vitoriosa (Jane's, 2009, p. 6 e 19). O tratamento complacente de Uribe em relação aos paramilitares foi motivo de críticas dentro e fora da Colômbia, sendo estas amplificadas pelas relações escusas que o presidente possuía com os grupos paramilitares de Antioquia, departamento onde construiu sua vida política².

Por último, mas não menos importante, cabe considerar a atuação de Uribe em relação ao *tráfico de drogas*, visto que, como é sabido, a Colômbia é grande exportadora de cocaína, heroína e maconha. Nos termos da política de Segurança Democrática, “*el Gobierno no permitirá que el territorio nacional siga siendo utilizado por las organizaciones internacionales del narcotráfico y afirma su voluntad de eliminar completamente el negocio de las drogas ilícitas en el territorio nacional*” (Colombia, 2003, p. 21). Ao vincular as ações antidrogas à desestabilização da insurgência, o governo Uribe priorizou a erradicação aérea dos cultivos de coca e papoula, em particular nas regiões com forte presença guerrilheira. Do ponto de vista da economia da droga, essas iniciativas foram improdutivas – como se verifica pela transferência de cultivo, de 2004 a 2008, dos departamentos de Meta e Guaviare para o oriente colombiano, ou pelo crescimento da produção no Peru (ONU, 2009 e 2010). Ainda que os dados oscilem conforme a fonte, é razoável supor que a produção de cocaína na Colômbia se manteve relativamente estável na última década, enquanto a produção líquida nos Andes cresceu – o que foi reconhecido pelo próprio governo norte-americano (GAO, 2008). Do ponto de vista da contra-insurgência, contudo, o esforço de erradicação aérea contribuiu para a desarticulação das fontes de renda

2 De acordo com o Relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre Direitos Humanos publicado em março de 2008: “*The Justice and Peace Law process helped clarify more than 3,000 crimes and led to the exhumation of 1,196 remains in 1,009 mass graves. The Supreme Court and prosecutor general’s investigations of links between politicians and paramilitary groups implicated 52 congressmen, 11 governors, and 19 mayors, a number of whom were in jail at year’s end*”. Cf. <http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2007/100633.htm>. O mesmo relatório anual, publicado em março de 2010, indicava que em dezembro do ano anterior: “*The Justice and Peace Law (JPL) process, wherein former paramilitary leaders confess their crimes and surrender assets in exchange for reduced sentences, helped clarify more than 38,000 crimes involving 50,000 victims and led to the exhumation of 2,800 remains in 2,300 common graves, while the Supreme Court and prosecutor general’s investigations of links between politicians and paramilitary groups implicated 87 members of Congress, 15 governors, and 35 mayors, 66 of whom were detained at year’s end. In total, 18 politicians (13 members of Congress, four governors, and one mayor) had been convicted for ties to paramilitary groups at 2009’s end*.” Cf. <http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2009/wha/136106.htm>.

relacionadas ao negócio ilícito, que alimentavam tanto a guerrilha como os paramilitares colombianos – ainda que, necessário dizer, as regiões cocaleiras sob controle dos últimos (como Urabá, Córdoba e Catatumbo) tenham sido pouco alvejadas pelo esforço antidroga de Bogotá (Santos, 2006, p. 68).

Os dois governos de Álvaro Uribe foram marcados por uma sensível *melhora nos indicadores relacionados à segurança pública*. A taxa de homicídios por 100.000 habitantes caiu de 62,7 em 2000 para 37,3 em 2006, ainda muito acima da média latino-americana (22,9), que é, por sua vez, a mais alta média regional do mundo (OEA, 2008: 17-18). Além disso, a taxa anual de sequestros foi rapidamente reduzida com a criação das unidades policiais especializadas e com o sistema de informantes e delatores, passando de 2.587, em 1999, para 378, em 2005. O número de massacres, que atingem essencialmente a população rural, atingiu um máximo de 236 em 2000, reduzindo-se a partir de então; registraram-se 115 em 2002 e 48 em 2005 (Macke, 2007, p. 60). O número de deslocados internos, que decuplicara no governo Pastrana, foi reduzido mas ainda se mantém elevado, sendo a Colômbia o terceiro país do mundo com o maior contingente (após Sudão e Congo). Como contra-tendência, o número de crimes contra a propriedade (por 100.000 habitantes) passou de 79 em 2000 para 151 em 2005, alertando para o risco, já apontado pelo ICG (2006), de que a desestruturação dos grupos armados não representaria necessariamente o enfraquecimento da criminalidade na Colômbia.

O panorama do conflito armado foi alterado substantivamente graças à contração dos grupos armados, seja pela desmobilização, deserção ou pela derrota militar. Após atingir seu ápice entre 1997 e 2002, as FARC assistiram a uma deterioração acelerada de suas capacidades e de seu controle territorial. Como reação ao Plano Patriota, as FARC retornaram a uma tática exclusivamente guerrilheira, evitando a concentração de combatentes e os embates abertos com as forças governamentais, e também reagruparam seus efetivos nos refúgios tradicionais das selvas do sul da Colômbia, ou nos países vizinhos como sustenta o governo colombiano desde sua incursão no Equador e as subsequentes crises com a Venezuela em torno da questão³.

Sofrendo com derrotas e deserções, os efetivos das FARC, em 2008, eram estimados em oito mil, sendo provavelmente ainda menor atualmente (Jane's, 2009). Além disso, o grupo sofreu diversos golpes reais e simbólicos: a liber-

3 Durante a década de 1990, as operações das FARC foram pautadas pela assim chamada “Nova Forma de Operar”, que colocava a necessidade de constituir blocos e frentes, sob comandos regionais unificados, capazes de infringir derrotas estratégicas às forças de segurança.

tação dos quinze reféns, incluindo Ingrid Betancourt, em julho de 2008, a morte de Manuel Marulanda (então líder da organização), Ivan Ríos, Gustavo Rueda, José de Jesus Guzmán e Raúl Reyes (com a captura de dois computadores pelo exército colombiano), e o fracasso do ataque ao casarão La Julia (departamento de Meta), em dezembro de 2006, em zona de presença histórica da guerrilha. O ELN, por seu turno, teve seu contingente reduzido a menos de três mil efetivos e, desde dezembro de 2005, iniciou negociações informais de desmobilização (Jane's, 2009). Apesar disso, ainda hoje é precipitado afirmar o final das FARC. Afinal, aquela organização já sofreu reveses anteriormente e sobreviveu. Além disso, o retorno às táticas de guerrilha (*hit and run*) pode tornar a campanha de “eliminação”, agora sob a presidência de Juan Manuel Santos, em um processo muito mais longo do que a mera derrota militar pareceria implicar.

Em suma, ao se avaliar o novo perfil do conflito colombiano após o governo Uribe, três tendências ganham relevo: 1) Houve um fortalecimento do aparelho de segurança do Estado colombiano, tanto das forças armadas quanto da polícia nacional, mas também foi reforçada, com base nos sucessos obtidos, a crença de que a vitória militar é a abordagem mais adequada para lidar com o conflito. 2) Embora a ideia de regionalização do conflito para os Andes e a Amazônia não tenha se realizado nos termos sugeridos pelos discursos que justificavam os Planos Colômbia e Patriota, a campanha de contra-insurgência durante o governo Uribe produziu disputas interestatais militarizadas com a Venezuela e o Equador, numa crise ainda em curso. 3) Finalmente, há um envolvimento direto dos EUA no conflito, ainda que limitado em comparação com o Iraque e o Afeganistão, pondo fim ao que Guáqueta (2006) chamara de um “distanciamento prudente” que Washington resguardara durante as décadas de 1980 e 1990. Por tudo que representa a vitória eleitoral de Juan Manuel dos Santos, assume-se como provável a manutenção destas tendências nos próximos anos, ainda que algumas de suas características possam ser alteradas como resultado da própria interação estratégica e de mudanças na política interna dos demais atores.

RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E COLÔMBIA: SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO

A aproximação diplomática recente entre Brasil e Colômbia para tratar da segurança de fronteira data do Acordo de Cooperação Amazônica (1978) e do acordo de assistência recíproca para controle do narcotráfico, fir-

mado e ratificado em 1981. Na década de 1990, foram estabelecidos mecanismos para aprimorar essa cooperação, tratando de temas como cooperação judiciária e penal, controle do espaço aéreo e combate ao tráfico de precursores químicos (MRE, 2010, p. 7-8). Nesse sentido, o intercâmbio de informações geradas pelo SIPAM/SIVAM, instalado em 2001, representaria um salto qualitativo para essa cooperação fronteiriça.

A preocupação brasileira com possíveis transbordamentos do conflito colombiano já era evidente no final de década de 1980, com a criação do Comando Militar da Amazônia e dos Pelotões Especiais de Fronteira (Yauaretê, Querari e São Joaquim). Desde 1991 o exército relata enfrentamentos com efetivos das FARC em território brasileiro (Herz, 2006, p. 219). No período 1998-2002, quando o Estado colombiano dava sinais de crise institucional profunda, o exército brasileiro elevou fortemente sua presença na região amazônica, de cerca de 3,3 mil para 23,2 mil efetivos em 2002 (Ceará, 2009, p. 3-4). Não só relacionado ao conflito na Colômbia, mas a uma transição das percepções de ameaça da fronteira sul para a norte, a composição do Comando Militar da Amazônia se desenvolveu rapidamente, passando de duas brigadas de infantaria em 1985 (Marabá e Porto Velho) para atualmente integrar cinco brigadas de selva e seis comandos de fronteira, que respondem por cerca de vinte postos de pelotões de fronteira (Ceará, 2009, p. 03).

Na década atual, a ascensão concomitante de um governo de centro-esquerda no Brasil com Lula e de um governo de centro-direita na Colômbia com Uribe não obstruiu a cooperação entre os dois países a partir de 2003, se não a fez avançar. Logo nos primeiros meses de 2003, os dois chefes de Estado trocaram visitas oficiais (o que não ocorria desde 1981, com Figueiredo e Turbay Ayala), assinando na ocasião um memorando sobre cooperação em defesa e constituindo um grupo de trabalho bilateral para repressão ao narcotráfico. Durante o encontro presidencial, Lula declarou que “o Brasil assumia o compromisso de dar total solidariedade à Colômbia no combate ao terrorismo e ao narcotráfico” (BBC, 08/03/2003). Segundo sistematização do MRE, Brasília e Bogotá realizaram 15 visitas oficiais de alto escalão de 2003 a 2010 (MRE, 2010, p. 4-6).

Como se indicou acima, Lula aprofundou as ações conjuntas na fronteira Brasil-Colômbia, respaldado pelo acordo COBRA firmado já em 2000 pelos presidentes Andrés Pastrana e Fernando Henrique Cardoso. Envolvendo, do lado brasileiro, o exército, a Agência Brasileira de Inteligência e a Polícia Federal, foi executada em maio de 2005 a Operação Cobra I para a interdição de rotas narcotraficantes fronteiriças. Uma semana após a assina-

tura do memorando supracitado, Brasil, Colômbia e Peru realizaram uma ação conjunta chamada Operação Timbó (Jane's, 2009, p. 85). Além disso, as forças armadas colombianas adquiriram 25 aeronaves Super Tucano (EMB-314) para operações de contra-insurgência, que foram entregues a partir de 2006 (Jane's, 2009, p. 133).

Em agosto de 2007, a Polícia Federal prendeu Juan Carlos Abadia Ramírez, vinculado à organização narcotraficante de Norte Del Valle e com supostas ligações com o crime organizado paulista. Sua extradição para os Estados Unidos foi aprovada pelo Superior Tribunal Federal brasileiro em março de 2008. A relação dos narcotraficantes brasileiros com a Colômbia já havia sido posta em evidência em 2001, quando Fernandinho Beira Mar foi preso pelas autoridades colombianas e repatriado ao Brasil. Em maio de 2010, a Operação Rota Solimões da Polícia Federal prendeu José Samuel Sánchez, que, segundo as autoridades brasileiras, seria responsável pela a intermediação entre as FARC e os narcotraficantes brasileiros (Folha de São Paulo, 08/05/2010). Outra manobra bem-sucedida das forças brasileiras na Colômbia foi o apoio à libertação unilateral, em março e abril de 2010, de seis reféns mantidos pelas FARC, além dos restos mortais de um policial militar morto em 2006 (BBC, 01/04/2010). O Brasil dispôs de efetivos militares e helicópteros para realizar a libertação, que contou com apoio do governo colombiano, da Cruz Vermelha e do Alto Comissariado para a Paz.

Em março de 2009, o então ministro da defesa colombiano Juan Manuel Santos e o ministro da defesa brasileiro Nelson Jobim firmaram um acordo prevendo a liberação recíproca de 45km de espaço aéreo para a realização de perseguições em quente (*hot pursuits*) em território vizinho. Vale recordar que “*o fato de dois países permitirem um ao outro o envio de tropas através da fronteira indica um elevado nível de confiança e exige muita cooperação*” (Stratfor, 12/03/2009). O acordo busca evitar conflitos como o que ocorreram em 1991 e 1998, quando tropas colombianas ultrapassaram a fronteira em busca de militantes das FARC, nas regiões do Rio Traíra e de Iauaretê, respectivamente. Mais claramente, o acordo bilateral respondia à crise regional desencadeada pela incursão colombiana em território equatoriano, em março de 2008.

Para Simón Pachano, a *crise regional* pode ser analisada nos seguintes termos:

...después de la sucesión de hechos producidos tras la incursión colombiana en territorio ecuatoriano, (...) se ha producido un cambio sustancial en la dimensión internacional del conflicto colombiano. (...) Lo que se ha hecho,

básicamente, es cerrar una etapa en la que el procesamiento del conflicto originado por la situación interna de Colombia fue parte de las relaciones bilaterales con cada uno de sus vecinos. La manera en que se produjeron los hechos (...) colocó el tema en el ámbito multilateral o, por decirlo de otra manera, más allá de la voluntad de cada uno de los actores: lo internacionalizó (Pachano, 2008, p. 1-2).

Em resposta à ação colombiana, Venezuela e Equador romperam relações diplomáticas e moveram tropas para a fronteira, elevando a tensão na região. A Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Grupo do Rio condenaram a ação colombiana, porém evitaram qualquer forma de sanção. A chancelaria brasileira, por seu turno, saiu em defesa da soberania equatoriana, mas evitou pôr em risco suas relações com a Colômbia e sua prerrogativa de neutralidade entre as partes. Esse foi um momento crítico para as relações bilaterais, visto que colocava em choque, de um lado, a política de Segurança Democrática como pacificação arquitetada por Uribe e, de outro, a integração sul-americana via UNASUL projetada pelo Itamaraty (cf. Cepik, 2008).

Os atritos entre Hugo Chávez e Álvaro Uribe desde 2008 fizeram da fronteira colombo-venezuelana um dos principais focos de tensão da América do Sul, envolvendo um risco considerável à paz na região. Com as informações coletadas nos computadores de Raúl Reyes, o governo colombiano alega ter evidências do apoio de Chávez às FARC, ao passo que o governo venezuelano denuncia o intervencionismo estadunidense e a presença de paramilitares colombianos em seu território. Na Colômbia, por seu turno, os parlamentares uribistas propuseram que a Carta Democrática da OEA fosse invocada para frear o plebiscito de Chávez garantindo o direito de reeleição sem limites de mandatos. No campo da repressão às drogas ilícitas, as relações não são melhores. O governo Uribe denuncia a complacência da Venezuela e do Equador na erradicação, interdição e apreensão das drogas e seus precursores, enquanto os países vizinhos alertam para os efeitos nefastos da “guerra às drogas” de Uribe, como é o caso da fumigação aérea na fronteira com o Equador.

Diante dessas tensões, o governo Lula tem procurado manter os canais de diálogo com os três países, oferecendo sua diplomacia para a resolução das controvérsias. Politicamente, tem investido nos fóruns sul-americanos, UNASUL e Conselho Sul-Americano de Defesa, como primeira instância para as negociações. O resultado, contudo, tem sido limitado. Em novembro de 2009, Marco Aurélio Garcia propôs a criação de uma comissão de vigilância

da fronteira Colômbia-Venezuela, oferecendo os serviços brasileiros para concretizá-la (EFE, 13/11/2009). A proposta foi, contudo, rejeitada por Chávez e recebida com pouco entusiasmo por Uribe (BBC, 15/11/2009).

Do ponto de vista político-diplomático, a crise de março de 2008 apontou para resultados mais positivos do lado colombiano. Afinal, pode-se argumentar que a morte de Raúl Reyes (número dois das FARC) e a captura de seus computadores foram um movimento da maior importância para o exército colombiano, tendo a chancelaria daquele país a função posterior de dissipar as tensões ao menor custo. Nesse sentido, verifica-se que a Colômbia não sofreu nenhuma retaliação internacional pela violação de espaço aéreo (na ONU, OEA ou UNASUL) e não precisou publicar as informações obtidas com a operação, conforme exigia o Equador. Em seu esforço de contemporização, o Brasil contribuiu para que a Colômbia conseguisse evitar as sanções, mas também contribuiu para impedir que as movimentações de tropas dos dois lados da fronteira evoluíssem para uma guerra local.

Outro ponto ainda problemático nas relações bilaterais entre Brasília e Bogotá é a crescente presença dos Estados Unidos na Colômbia desde o Plano Colômbia. O governo Fernando Henrique Cardoso já havia se manifestado sobre a penetração militar de Washington na Amazônia sob o pretexto do combate às drogas, o que, pelas palavras do então chanceler brasileiro, “deixava-nos muito preocupados” (*apud* Loveman, 2006, p. 12). Segundo uma pesquisa realizada em 2002 no Congresso Brasileiro, a maior parte dos parlamentares percebia uma ameaça na execução do Plano Colômbia, considerando-o como parte de objetivos geopolíticos maiores ou como indicação de uma possível ocupação internacional da Amazônia (63% da base governista e 100% da oposição encabeçada então pelo Partido dos Trabalhadores). Na mesma pesquisa, a guerra na Colômbia foi considerada uma ameaça à soberania brasileira por 58% da base governista e 92% da oposição (Herz, 2006, p. 219).

De certa forma, a posição do governo brasileiro em relação ao Plano Colômbia buscou evitar três cenários: o engajamento brasileiro no conflito; a transferência do teatro de operações para o território brasileiro; a utilização da Colômbia como intermediário da projeção estratégica dos EUA na América do Sul. Desses três, o último é o que vem se desenrolando mais à revelia do cálculo brasileiro. Sob os auspícios da Iniciativa Andina, o Congresso norte-americano aprovou em 2004 a elevação do contingente estacionado na Colômbia, que passou de 400 para 800, enquanto que os contratistas foram de 400 para 600 (Jane’s, 2009, p. 48).

Além disso, em acordo bilateral firmado em outubro de 2009, o governo colombiano previu o uso por militares e contratistas norte-americanos das bases aéreas de Palanquero, Apiay e Malambo, das bases navais de ARC Bolívar e ARC Málaga e dos fortes militares de Tolomaida (Nilo) e de Larandia (Florença) (artigo 4). Além disso, o documento prevê o livre-aceso de aeronaves norte-americanas ao espaço aéreo colombiano (artigo 5). O acordo foi o epicentro de um novo redemoinho regional protagonizado por Uribe e Chávez, no qual a posição brasileira optou por uma crítica moderada ao documento, concentrada em seu método secreto, e por uma tentativa de mediação durante a cúpula da UNASUL em Bariloche (agosto de 2009). As tensões foram relativamente arrefecidas com o compromisso de Bogotá e Washington de que o acordo não comprometia a soberania dos países vizinhos. Com validade de dez anos, o convênio militar firmado por Uribe e Obama consolida a perspectiva de cooperação securitária entre os dois países, mas, ao mesmo tempo, limita juridicamente a expansão das forças estadunidenses na Colômbia. Sobre a militarização da Colômbia, Carlos Malamud afirma que

“...los brasileños creen que los políticos (policymakers) norteamericanos tienden a sobredimensionar la relevancia de los problemas de seguridad en detrimento de otras cuestiones más importantes, como el comercio o la economía; y que al tratar con los temas de seguridad, los norteamericanos tienden a utilizar la fuerza con demasiada rapidez y de una forma prepotente, lo que puede dañar la existencia de soluciones negociadas en la región” (Malamud, 2003, p. 08)

Desde sempre, o governo Lula considerou as FARC como um problema para seu projeto de integração regional, e sua relação com a Colômbia foi pautada por uma relação ambivalente com o governo Uribe. Reconhecendo ser a campanha de contra-insurgência uma questão interna e soberana da Colômbia, o governo brasileiro evitou emitir juízos sobre as principais realizações e controvérsias (sobretudo ligadas à corrupção e violações de direitos humanos) da Política de Segurança Democrática, mas, por outro lado sempre recusou a retórica da regionalização do conflito e de qualquer espécie de “direito de intervenção”, procurando focar seus esforços nas negociações para a integração entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN). Segundo relatório do *International Crisis Group* (2003),

...a política do Brasil teve que ser revista após os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, o colapso do processo de paz na Colômbia em fevereiro de 2002 e da ofensiva militar lançada por Uribe, contra as FARC e o ELN, assim que este tomou posse. O Brasil então passou a adotar deliberadamente uma postura diplomática ainda mais distante, esperando para ver como a nova estratégia colombiana evoluiria e assim poder avaliar as reações do governo Bush e do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, aos pedidos de ajuda da Colômbia (ICG, 2003, p. 27).

A partir desse distanciamento, o governo brasileiro durante a presidência Lula assistiu a um processo de enfraquecimento militar e político das FARC e do ELN sem envolver-se politicamente com nenhum dos beligerantes, tentando preservar-se como potencial mediador para um eventual futuro processo de paz, talvez por meio da UNASUL.

Mal comparando, a postura venezuelana em relação à Segurança Democrática tem sido diferente desde o começo, para além das antipatias mútuas entre Chávez e Uribe. O presidente Chávez considera o fortalecimento do uribismo um entrave maior a seu projeto regional, ao passo que vê nas FARC um grupo muito mais afeito à proposta de uma Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Por essa razão, verifica-se que a Venezuela tem sido a principal opositora da Política de Segurança Democrática na região (exatamente em razão de seu sucesso), fazendo uso da chamada “diplomacia dos microfones” para questionar a estratégia uribista.

Devido à elevada polarização gerada por Chávez e Uribe, a política brasileira para a Colômbia tem também o objetivo de demarcar certa distância em relação ao chavismo, ao mesmo tempo que as relações bilaterais com a Venezuela cumprem a função de distanciar a diplomacia brasileira do uribismo. Aparentemente paradoxal, essa estratégia não tem como objetivo o distanciamento, mas exatamente o contrário: ela busca uma aproximação relativa com ambos, a partir dos denominadores comuns que se podem estabelecer. Em artigo intitulado “Lula entre Chávez y Uribe”, Socorro Ramírez (2009) sustenta que o

Brasil tendría que convencerse de que no puede reducirse a concretar buenos negocios para jugar en las grandes ligas globales sino que, como dijo Lula, debe asumir los costos que conlleva el liderazgo y la responsabilidad de actuar como fuerza estabilizadora que modera e incorpora incluso a los extremos del espectro político regional (Ramírez, 2009, página online, grifo nosso).

Há limites para a ambivalência brasileira. Por exemplo, quando da solicitação do governo colombiano para que as FARC fossem reconhecidas como grupo terrorista o governo brasileiro recusou-se a fazê-lo, preferindo manter a denominação juridicamente mais precisa de grupos armados ilegais. Note-se que o próprio Departamento de Estado dos Estados Unidos, que considerava, desde 2002, os três principais grupos armados colombianos (FARC, ELN e AUC) como terroristas, teve que aceitar o fato do governo Uribe, meses após sua posse, ter realizado acordos e iniciado um processo de desmobilização dos AUC. O Brasil, de maneira muito consistente, recusou-se a adotar a definição, mas manteve a cooperação com o governo Uribe, sobretudo nas áreas de segurança fronteiriça e na repressão ao narcotráfico.

Além disso, Lula esteve disposto a arcar com certos atrasos na integração política sul-americana, desde que os mesmos permitissem manter todos os países da região engajados no processo. Após a crise de março de 2008, por exemplo, o presidente Lula convocou os líderes da região a buscarem uma solução sul-americana para o litígio e avisou à então secretária de Estado Condolezza Rice que “*as crises diplomáticas sul-americanas devem ser resolvidas na região*”. A diplomacia brasileira tem certa clareza, portanto, do papel dos EUA enquanto ator político externo na integração da América do Sul, ao mesmo tempo em que manifesta reticências a respeito da permanência militar norte-americana na Colômbia impedindo uma possível resolução negociada do conflito.

CONCLUSÃO: APÓS AS ELEIÇÕES DE 2010

No primeiro turno das eleições colombianas, Manuel Santos representava a proposta convicta do continuísmo, desafiado pela proposta de renovação liderada por Antanas Mockus (Partido Verde) e Sergio Fajardo (Independente). Apesar da expectativa criada em torno do candidato verde, seu desempenho no primeiro turno foi fraco (21%). No segundo turno, Mockus evitou alianças com outros partidos (em especial, a centro-esquerda do Pólo Democrático), reservando-se como opção centrista com ênfase em direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Ao não se diferenciar do candidato governista em termos de política econômica, Mockus foi coerentemente preterido ao uribismo oficial, ganhando apenas 6% a mais do eleitorado no segundo turno em comparação ao primeiro.

Vitorioso, Santos promete aprofundar a política econômica dos anos Uribe e sua política de Segurança Democrática, da qual o próprio Santos já

fora artífice. Mantendo as linhas gerais de governo, o novo presidente promete mudanças sutis: primeiro, as crises político-institucionais geradas durante o governo Uribe (relacionadas aos serviços de inteligência, execuções sumárias e à “para-política”) e o forte impacto eleitoral que elas tiveram em 2010 obrigaram Santos a incorporar em seu discurso o respeito aos direitos humanos e às instituições republicanas. Os próprios sucessos da política de Segurança Democrática permitem que o novo presidente alivie a lógica de “vale tudo” para a pacificação do país, evitando assim que o *uribismo* sofra o mesmo fim que o *fujimorismo* peruano. Segundo, o novo governo promete reconstruir suas relações com os vizinhos, o que já havia sido ensaiado no último ano do governo Uribe. Uribe conseguiu retomar o diálogo com o Equador, e Santos restabeleceu relações diplomáticas com a Venezuela assim que assumiu a presidência. De uma forma geral, a necessidade de diversificar parceiros responde às dificuldades que a economia colombiana viveu após a crise de 2008, vendo sua taxa de crescimento despencar de 7,5% (2007) para 0% (2009) e o desemprego atingir uma das mais altas taxas da América Latina (Dathein, 2009, p. 4-5). A Venezuela é um caso emblemático, visto que as turbulências políticas entre os dois países fizeram o comércio bilateral se reduzir a um terço em poucos anos. A retomada de conversações com Chávez pode sinalizar que a política externa de Santos priorize a recuperação econômica ao esforço contra-insurgente.

A guerra contra os grupos armados também pode mudar de rumo com o governo Santos, ainda que este tenha apoiado e concretizado a solução “pulso firme” do governo anterior. As FARC, mesmo debilitadas, haviam recusado a possibilidade de negociar com Uribe. Os argumentos do comando da guerrilha eram de que, primeiro, as negociações propostas no último ano de governo tinham intenções eleitorais, e, segundo, o início da negociação naquelas condições legitimaria a solução militar defendida por Uribe anos antes. Alguns dias antes da posse, o atual comandante das FARC, Alfonso Cano, enviou uma mensagem a Santos, em que afirmava: “*estamos desarrollando con convicción nuestros planes militares y políticos, pero sin perder de vista la búsqueda de la paz. La insurgencia invita a conversar, ese es el mensaje central de las FARC-EP*” (RESUMEN LATINOAMERICANO, 05/08/2010). A primeira resposta de Santos à ideia de negociação colocou como pré-condições a liberação unilateral de todos os reféns e um cessar-fogo por parte dos insurgentes (BBC, 07/08/2010).

Do ponto de vista brasileiro, a nova situação na Colômbia cria a possibilidade de aprofundar a agenda da integração regional. Evidentemente, a even-

tual normalização das relações entre Colômbia e Venezuela e um acordo de paz entre as FARC e o governo colombiano convergem com os objetivos de Brasília. No entanto, a recusa explícita de Santos ao esforço de mediação externa para a questão colombo-venezuelana surpreendeu a diplomacia brasileira. Em nota oficial motivada pelo reatamento diplomático, o Itamaraty fez questão de ressaltar a importância da UNASUL, e de seu recém-empossado Secretário-Geral, Néstor Kirchner, para a solução do impasse.

Ademais, a própria situação econômica e social da Colômbia cria possibilidades para que a retomada do comércio bilateral entre Colômbia e Venezuela ocorra com um maior envolvimento do Brasil, tornando-se triangular por meio da capacidade de financiamento e investimento do país. A cooperação técnica bilateral, sobretudo nas áreas de governo eletrônico, modernização agrícola e de políticas sociais, também precisa ser intensificada se for para o novo governo Santos reduzir o déficit fiscal de 4% do PIB, reduzir o desemprego de 12% e melhorar o índice de desenvolvimento humano (IDH), que vem caindo no país entre 2002 e 2009.

Claro está também que muito depende das eleições presidenciais brasileiras de 2010. Embora o tema colombiano tenha aparecido de maneira apenas incidental na campanha presidencial, em uma tentativa algo grotesca da campanha do opositor José Serra (PSDB) de associar a candidata Dilma Roussef (PT) às FARC, deduz-se do episódio e de outras manifestações de Serra que ele tende a reverter os esforços do governo Lula em relação à integração da América do Sul, tanto por razões econômicas ligadas a interesses setoriais do empresariado de São Paulo, quanto por convicção política e ideológica. Uma vez aparadas as arestas regionais e consolidados os ganhos internos da Política de Segurança Democrática em um cenário pós-Uribe, pode-se afirmar que as perspectivas positivas para a relação bilateral passam, nos próximos anos, pela importância relativa que o Brasil poderá adquirir no esforço de recuperação econômica e social da Colômbia. E isso depende tanto da Colômbia quanto do esforço brasileiro.

Marco Cepik é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Coordenador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) (<http://lattes.cnpq.br/3923697331385475>).

Pedro Borba é graduando em Relações Internacionais pela UFRGS e bolsista do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) (<http://lattes.cnpq.br/2800722119043476>).

REFERÊNCIAS

- CEARÁ, Diego Barbosa. *Mudando a estratégia: a reorganização militar brasileira na região fronteiriça com a Colômbia*. Em Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), novembro de 2009. Disponível em: www.unesp.br/santiagodantassp. Acesso em 17/08/2010.
- CEPIK, Marco. *A Crise Andina e o Futuro da Unasul*. Análise de Conjuntura OPSA, n.4, abr. 2008.
- CEPIK, Marco y RAMIREZ, Socorro [org.]. *Agenda de Seguridad Andino-Brasileña: Primeras Aproximaciones*. Bogotá, FESCOL, 2004. 517 Páginas, ISBN: 958-81-28-09-9175-242.
- COLOMBIA, Política y Defensa Seguridad Democrática, Bogotá, 2003. 68p.
- DATHEIN, Ricardo. *Colômbia: desempenho econômico recente, comércio internacional e perspectivas*. Nota técnica elaborada no âmbito do convênio APEX-UFRGS, setembro de 2009.
- GAO, Government Accountability Office. *Drug Reduction Goals Were Not Fully Met, but Security Has Improved; U.S. Agencies Need More Detailed Plans for Reducing Assistance*. GAO-09-71. Washington: GAO, 2007.
- GUÁQUETA, Alexandra. Transformación y efectos de la cooperación antidrogas entre Colombia y Estados Unidos (1970-2000). In: CAMACHO GUIZADO, Álvaro (org.) *Narcotráfico: Europa, EEUU, América Latina*. Observatorio Relaciones UE-América Latina (OBREAL). Barcelona: Publicacions i edicions de la Universitat de Barcelona, p. 185-225, 2006.
- HERZ, Mônica. *Brazil, Andean security and US regional security policy*. In Loveman, B. (org.) *Addicted to failure: U.S. security policy in Latin America and Andean region*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2006, p. 197-223.
- ICG, International Crisis Group. *Colômbia e seus vizinhos: os tentáculos da instabilidade*. Relatório sobre a América Latina nº3. Bruxelas/Bogotá, 2003.
- ICG, International Crisis Group. *Colômbia: towards peace and justice?*. Relatório sobre América Latina nº16. Bruxelas/Bogotá, 2006.
- JANES. *Colômbia: Country Profile*. Jane’s Group, Londres, 2009.
- LEAL BUITRAGO, Francisco. La Seguridad en el Gobierno de Álvaro Uribe Vélez. In: CEPIK, Marco y RAMIREZ, Socorro [org.]. *Agenda de Seguridad Andino-Brasileña: Primeras Aproximaciones*. Bogotá, FESCOL, 2004, p. 175-242.
- LEITE, Iara & CARPES, Mariana. O governo Uribe: militarização, processos de paz e política externa. In: SOARES, Maria Regina & COUTINHO, Marcelo. *A agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do século*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007, p. 175-206.

- LOVEMAN, Brian. US security policies in Latin America and the Andean region. In: LOVEMAN, B. (org.) *Addicted to failure: U.S. security policy in Latin America and Andean region*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, p. 1-52, 2006.
- MACKE, Bernardo. *Drogas e conflito armado na Colômbia: permanência e desenvolvimentos recentes*. Monografia de Conclusão de Curso de Relações Internacionais, UFRGS, 2007.
- MALAMUD, Carlos. *El largo camino para la paz en Colombia. Las difíciles relaciones de Colombia con sus vecinos*. Documento de trabalho nº26/2003. Madri: Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. Disponível em www.realinstitutoelcano.org. Acesso em 17/08/2010.
- MRE, Ministério de Relações Exteriores. *Colômbia*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-sul/colombia/pdf>. Acesso em 17/08/2010.
- OEA, Organização dos Estados Americanos. *Seguridad pública en la Américas: retos y oportunidades*. Washington: Secretaría-General de OEA, 2008.
- ONU, Organização das Nações Unidas. *World Drug Report 2009*. Viena: United Nations Office on Drug and Crime, 2009.
- ONU, Organização das Nações Unidas. *World Drug Report 2010*. Viena: United Nations Office on Drug and Crime, 2010.
- PACHANO, Simón. *La nueva dimensión del conflicto colombiano*. Análise nº 38/2008. Madri: Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. Disponível em: www.realinstitutoelcano.org. Acesso em 17/08/2010.
- RAMÍREZ, Socorro. *Lula entre Uribe y Chávez*. Documento disponível por meio eletrônico. Disponível em: http://www.razonpublica.com/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=205. Acesso em 17/08/2010.
- SANTOS, Marcelo. O Plano Colômbia e o primeiro mandato de Uribe (2002-2006). *Cena Internacional*, vol. 8, n.2, p. 63-83.
- TOKATLIAN, Juan G. "After Irak: Next Colombia? The United States and (In)Security in South America", In: LOVEMAN, B. (org.) *Addicted to failure: U.S. security policy in Latin America and Andean region*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.
- VALENCIA, León. Drogas, conflito e os Estados Unidos. A Colômbia no princípio de século. *DEP: Diplomacia, Estratégia e Política*, vol. 1, n. 2, p. 78-104, 2005.
- VIANA, Manuela Trindade. *A dimensão internacional do conflito armado colombiano: a internacionalização dos processos de paz segundo as agendas hemisférica e global*. Dissertação de Mestrado defendida na USP, 2009.
- VILLA, Rafael Duarte & OSTOS CETINA, Maria Del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: reflexões em torno da agenda de segurança. *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº48, vol. 2, p. 86-110, 2005.

(BBC Brasil, atualizado em 29 de maio, 2010 – 20:54 (Brasília) 23:54 GMT. *Uribe deixa Colômbia mais segura e com maior dívida social, dizem analistas.*)

(BBC, 01/04/2010)

(BBC, 07/08/2010)

(BBC, 08/03/2003)

(BBC, 15/11/2009)

(EFE, 13/11/2009)

(FOLHA DE SÃO PAULO, 08/05/2010)

(RESUMEN LATINOAMERICANO, 05/08/2010)

(STRATFOR, 12/03/2009)

